Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul
GAB. CONS. OSMAR DOMINGUES JERONYMO

DECISÃO SINGULAR DSG - G.ODJ - 4575/2017

PROCESSO TC/MS	: TC/10320/2013
PROTOCOLO	: 1416662
ÓRGÃO	: SECRETARIA DO ESTADO DE ADMINISTRAÇÃO
RESPONSÁVEL	: THIE HIGUCHI VIEGAS DOS SANTOS
CARGO DA RESPONSÁVEL	: SECRETÁRIA DE ESTADO
INTERESSADO	: PAULINO ALVES VIANA
ASSUNTO DO PROCESSO	: TRANSFERÊNCIA PARA A RESERVA REMUNERADA
RELATOR	: CONS. OSMAR DOMINGUES JERONYMO

ATO DE PESSOAL. TRANSFERÊNCIA PARA A RESERVA REMUNERADA. PROVENTOS PROPORCIONAIS. LEGALIDADE E REGULARIDADE. REGISTRO.

DO RELATÓRIO

Trata o presente processo da apreciação da legalidade, para fins de registro, conforme dispõe o art. 21, III, da Lei Complementar Estadual (LCE) n. 160/2012, do ato de transferência para a reserva remunerada da Polícia Militar do Estado de Mato Grosso do Sul, a pedido e com proventos proporcionais, do Cabo PM Paulino Alves Viana, prontuário n. 2014785, constando como responsável a Sra. Thie Higuchi Viegas dos Santos, Secretária de Estado de Administração.

A Inspetoria de Controle Externo de Atos de Pessoal (ICEAP), por meio das Análises ANA-7ICE-148/2014 e ANA-ICEAP-1750/2017, manifestou-se pelo registro da presente transferência.

O Ministério Público de Contas emitiu os Pareceres PAR-MPC-GAB.4 DR.JOAOMJR/SUBSTITUTO-2221/2014 e PAR-2ªPRC-5229/2017, opinando favoravelmente pelo registro do ato em apreço.

DA DECISÃO

A documentação relativa a presente concessão resultou completa e sua remessa a este Tribunal tempestiva, conforme definido no Anexo I, Capítulo II, Seção II, da Instrução Normativa TC/MS n. 38, de 28.11.2012.

A transferência para a reserva remunerada, a pedido e com proventos proporcionais, foi concedida por meio do Decreto “P” n. 1.502, publicado no Diário Oficial do Estado de Mato Grosso do Sul n. 8.410, de 11 de abril de 2013, fundamentada no art. 86, I, art. 89, I, art. 90, II, e art. 54,

todos da Lei Complementar n. 53, de 30 de agosto de 1990, com redação dada pela Lei Complementar n. 127, de 15 de maio de 2008.

Analisadas as peças que instruem os autos, concluo que a concessão da presente transferência para a reserva remunerada atendeu os ditames legais e regimentais pertinentes, merecendo o seu registro.

Pelo exposto, acolho o entendimento da unidade técnica da ICEAP e o parecer ministerial, e com fulcro no art. 4º, III, "a", do Regimento Interno deste Tribunal de Contas (RITC/MS), aprovado pela Resolução Normativa TC/MS n. 76/2013, **DECIDO**:

1. pelo **registro** do ato de transferência para a reserva remunerada da Polícia Militar do Estado de Mato Grosso do Sul, a pedido e com proventos proporcionais, do Cabo PM Paulino Alves Viana, prontuário n. 2014785, em razão da sua legalidade, nos termos do art. 34, II da LCE n. 160, de 2 de janeiro de 2012;

2. pela **intimação** do resultado deste julgamento aos interessados, conforme o disposto no art. 50 da LCE n. 160/2012, c/c o art. 70, § 2º, do Regimento Interno, aprovado pela Resolução Normativa TC/MS n. 76, de 11 de dezembro de 2013.

Campo Grande, 18 de maio de 2017.

CONS. OSMAR DOMINGUES JERONYMO
Relator

lmrb